

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNTB** e **CUT**

Governo ignora sociedade e aprova “PL da morte”

Emenda aglutinativa amenizou projeto em parte, mas só a mobilização pode conquistar reajustes e demais reivindicações

A Assembleia Legislativa aprovou na noite de quinta-feira, 14/12, o projeto de lei 920/2017, conhecido como “PL da morte”, que corta gastos do Estado por mais dois anos, prejudicando os serviços públicos à população (como educação, saúde, segurança e outros).

A partir do momento em que o governo enviou o projeto à Alesp, a APEOESP imediatamente mobilizou a categoria para barrar mais este ataque. Desde então, nossa presença naquela casa, pressionando os deputados e lotando as galerias, foi constante. Em reuniões com o líder do governo, deputado Barros Munhoz, nossa posição foi firme pela retirada do projeto. Outras entidades do funcionalismo também se mobilizaram, assim como a CUT e outras centrais sindicais.

A pressão obrigou a um recurso parcial do governo, que apresentou uma emenda aglutinativa, com o seguinte teor:

“Artigo 3º – A autorização prevista nesta lei não impede, desde que observada, adicionalmente, a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal):

I – a concessão de reajustes ou adequação de remuneração de membros, servidores e empregados públicos, civis e militares, de Poder ou de Órgão;

II – a concessão de promoções e progressão funcional;

III – a realização de concursos públicos e admissão de servidores, civis e militares, e empregados públicos;

Parágrafo único – Ficam preservados, observado o “caput” deste artigo, todos os direitos e vantagens de ordem pecuniária, tais como adicional por tempo de serviço, licença-prêmio, adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, horas extras, férias, entre outros previstos na legislação em vigor.”

Ou seja, formalmente não estão proibidos reajustes, concursos públicos, promoções e progressão funcional, como na versão original. Porém, sabemos que isto não basta. É nas ruas, com nossas paralisações, greves e mobilizações que vamos conseguir avançar e conquistar nossos direitos e reivindicações.

Mais uma vez, o governo Alckmin demonstra seu descompromisso com os direitos da população, com a educação, com os serviços públicos e com os servidores. Quer nos fazer pagar o preço da dívida que contraíu com a União, de R\$ 232 bilhões. Mas, ao mesmo tempo, se não tivesse deixado de cobrar impostos dos empresários desde 2002, totalizando R\$ 174 bilhões, 80% desta dívida não existiria.

Vamos continuar nossa luta, com unidade e muita mobilização!

Secretaria de Comunicação